


## **O ensino das línguas nativas são-tomenses na perspectiva dos estudantes universitários**


***The teaching of Santomean native languages from the perspective of university students***

***La enseñanza de las lenguas nativas santomenses desde la perspectiva de los estudiantes universitarios***

Esmael do Nascimento Fernandes<sup>1</sup>

 0000-0002-6908-3313

Ana Alexandra Silva<sup>2 3</sup>

 0000-00002.2677-0164

**RESUMO:** Este artigo espelha o resultado de um estudo realizado com os alunos do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), Unidade Orgânica da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), sob o tema “O ensino das línguas nativas santomenses na perspectiva dos estudantes universitários”. Pretende-se promover uma reflexão sobre o ensino das línguas nativas no ensino superior em São Tomé e Príncipe. Para o enquadramento deste trabalho, a pesquisa fundamenta-se com as contribuições de Dulce Pereira (2007), Ana Agostinho, Manuele Lima e Gabriel Araújo (2016), Esmael Fernandes (2023), Rita Gonçalves (2016), Rita Gonçalves e Tjerk Hagemeijer (2015) e Tjerk Hagemeijer (1999, 2009). A amostra foi constituída por 40 estudantes das licenciaturas em Educação de Infância e Ensino Básico. A partir do inquérito aplicado, concluiu-se que o ensino das línguas nativas pode ajudar a desmistificar o preconceito linguístico existente, reforçar a identidade cultural e a tradição, além de favorecer a promoção da aprendizagem, em paralelo com a língua portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Línguas nativas; Política linguística; Ensino/aprendizagem.

**ABSTRACT:** This article reflects the result of a study conducted with students from the Higher Institute of Education and Communication, an organic unit of the University of São Tomé and Príncipe, under the theme “The Teaching of Santomean Native Languages from the Perspective of University Students.” The aim is to provide reflection on the teaching of

---

<sup>1</sup> Professor Assistente. Projeto ERGUES. Universidade de São Tomé e Príncipe. São Tomé e Príncipe. esmaelnfernandes@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Auxiliar. Universidade de Évora, Centro de Estudos em Letras. Portugal. aasilva@uevora.pt. Investigação financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), no âmbito do Centro de Estudos em Letras, com a referência UIDB/00707/2025 – Portugal.

<sup>3</sup> O presente artigo segue a norma ortográfica de 1990, ratificada em 2009 por Portugal.

native languages in higher education in São Tomé and Príncipe. For the theoretical framework of this study, references were made to Dulce Pereira (2007), Ana Agostinho, Manuele Lima e Gabriel Araújo (2016), Esmael Fernandes (2023), Rita Gonçalves (2016), Rita Gonçalves e Tjerk Hagemeijer (2015) e Tjerk Hagemeijer (1999, 2009). The sample consisted of 40 undergraduate students from the Early Childhood and Basic Education programs. Based on the questionnaire applied, it was concluded that the teaching of native languages can help to demystify existing linguistic prejudice, strengthen cultural identity and tradition, and contribute to the promotion of learning alongside Portuguese.

**KEYWORDS:** Native languages; Language policy; Teaching/learning.

**RESUMEN:** Este artículo refleja el resultado de un estudio realizado con los estudiantes del Instituto Superior de Educación y Comunicación (ISEC), unidad orgánica de la Universidad de Santo Tomé y Príncipe (USTP), bajo el tema “La enseñanza de las lenguas nativas santomenses desde la perspectiva de los estudiantes universitarios”. Se pretende una reflexión sobre la enseñanza de las lenguas nativas en la educación superior en Santo Tomé y Príncipe. Para el marco teórico de este trabajo, se utilizó Dulce Pereira (2007), Ana Agostinho, Manuele Lima e Gabriel Araújo (2016), Esmael Fernandes (2023), Rita Gonçalves (2016), Rita Gonçalves e Tjerk Hagemeijer (2015) e Tjerk Hagemeijer (1999, 2009). La muestra estuvo compuesta por 40 estudiantes de las licenciaturas en Educación Infantil y Enseñanza Básica. A partir del cuestionario aplicado, se concluyó que la enseñanza de las lenguas nativas puede contribuir a desmitificar el prejuicio lingüístico existente, reforzar la identidad cultural y la tradición, y favorecer el aprendizaje junto con la lengua portuguesa.

**PALABRAS CLAVE:** Lenguas nativas; Política lingüística; Enseñanza/aprendizaje.

## Introdução

São Tomé e Príncipe (STP) é um Estado insular composto por duas ilhas principais, cuja configuração linguística se caracteriza por uma significativa diversidade e por intensos fenómenos de interferência entre línguas, que contribuíram para a emergência de uma variedade local do português. Até cerca de 1470/1471, o território era desabitado. Com o início da colonização portuguesa, deu-se um processo sistemático de deslocação forçada de populações escravizadas provenientes de várias regiões do continente africano, com o objetivo de explorar os recursos naturais das ilhas. Estes grupos humanos trouxeram consigo as suas culturas, tradições e línguas, contribuindo decisivamente para a construção de um espaço sociolinguístico plural.

Esse período inicial de povoamento e convivência interétnica foi determinante para a constituição do património linguístico e cultural são-tomense. Atualmente,

coexistem no país seis línguas principais – o português, o *forro*, o *lung'îê*, o *angolar*, o cabo-verdiano e o português falado pelos tongas<sup>4</sup> - além de outras línguas trazidas por comunidades migrantes estrangeiras. Esta configuração confere a STP uma complexidade linguística significativa, sobretudo considerando a sua reduzida extensão territorial.

Atualmente, STP carece de uma política linguística sólida e estrutura que promova eficazmente a revitalização das línguas nativas (LN). Apesar de algumas iniciativas pontuais e meritórias, as ações implementadas têm-se revelado insuficientes e marcadas por um certo grau de timidez institucional.

Em 2009, a Região Autónoma do Príncipe (RAP) introduziu o ensino do *lung'îê* no currículo dos ensinos básico e secundário, representando um avanço simbólico. Posteriormente, em 2013, foi aprovado o Decreto-Lei Nº 19/2013 (São Tomé e Príncipe, 2013), que reconheceu oficialmente as LN são-tomenses.

Contudo, apenas uma década depois, em 2023, é que o Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) – unidade orgânica da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), responsável pela formação de professores do ensino básico – integrou a disciplina *Línguas são-tomenses I* no currículo de formação superior.

Persistem, entretanto, práticas e representações sociais que contribuem para a desvalorização das línguas locais. É ainda comum que os falantes designem os crioulos são-tomenses como “dialetos”, termo carregado de conotações pejorativas e associado a uma visão hierarquizada das línguas.

As motivações subjacentes a essa escolha terminológica não são explícitas, mas parecem radicar-se em concepções socioculturais profundamente enraizadas, que promovem a hegemonia do português como símbolo de prestígio e ascensão social.

Pereira (2007) ilustra esta tendência ao observar que, “se perguntarmos em Portugal, a um falante de crioulo de São Tomé, se fala crioulo, provavelmente dirá com naturalidade que não, que fala ‘dialeto’” (Pereira, 2007, p. 14). Ainda, a autora

---

<sup>4</sup> Língua dos serviçais das empresas agrícolas, resultante do contato entre as línguas maternas dos contratados e o português.

sublinha que muitos portugueses, mesmo os com formação universitária, consideram o crioulo como “uma espécie de português mal falado” (Pereira, 2007, p. 14), alerta que tem implicações graves no plano sociolinguístico, podendo contribuir para a marginalização e eventual extinção dessas línguas (Pereira, 2007, p. 15).

Neste contexto, a centralidade do português enquanto língua oficial, de escolarização e de administração pública, acentua o risco de erosão linguística das LN. O seu domínio quase exclusivo nas esferas formais da sociedade são-tomense reforça dinâmicas de exclusão que afetam negativamente o estatuto, a transmissão intergeracional e a vitalidade das línguas locais.

As línguas nativas são-tomenses resultam de um processo histórico complexo, marcado por dois períodos cruciais que estiveram na base da formação dos crioulos existentes no país. De acordo com Gonçalves e Hagemeyer (2015), a história linguística de São Tomé e Príncipe pode ser compreendida a partir de duas fases distintas, mas complementares, que moldaram o panorama linguístico atual do arquipélago.

O primeiro período corresponde ao século XVI e está relacionado com a constituição do crioulo forro. Nesta fase, o contacto linguístico entre os colonizadores portugueses e as populações escravizadas provenientes de diversas regiões da África Ocidental deu origem a uma língua veicular que incorporava elementos lexicais do português e estruturas gramaticais provenientes de línguas africanas. Esta língua emergente — o *forro* — foi inicialmente utilizada como língua franca entre os diferentes grupos étnicos e consolidou-se como língua materna de várias gerações subsequentes.

O segundo período situa-se entre os séculos XIX e XX, com a chegada de novas populações escravizadas ou contratadas, particularmente para a Ilha do Príncipe e para o sul da Ilha de São Tomé. Esta nova vaga populacional esteve na origem do surgimento dos crioulos *angolar* e *lung'îê*. O *angolar* desenvolveu-se sobretudo entre os descendentes dos chamados “Angolares”, que, segundo a tradição oral, seriam sobreviventes de um naufrágio e posteriormente constituíram uma comunidade relativamente isolada. Já o *lung'îê* emergiu na Ilha do Príncipe como resultado da convivência entre diferentes grupos linguísticos africanos e o

português, dando origem a um crioulo distinto, com características próprias.

Estas duas fases descritas por Gonçalves e Hagemeijer (2015) são fundamentais para compreender a pluralidade e a riqueza das línguas crioulas de São Tomé e Príncipe, bem como os processos de crioulação e reestruturação linguística que deram origem a três línguas nativas com estatuto próprio: o *forro*, o *angolar* e o *lung'îê*.

- i. a fase de habitação, que vai do povoamento definitivo em 1493 até aos primórdios da introdução de cana-de-açúcar, por volta de 1520,
- ii. a fase de plantação, período que medeia entre 1520 e o fim do século XVI (e.g. Sousa 1990; Garfield 1992), quando o ciclo do açúcar entra em ruptura (Gonçalves; Hagemeijer, 2015, p. 2).

Com a perda da relação sociolinguística e cultural de origem, os falantes passaram a adotar idiomas que não eram originalmente seus, nomeadamente, o português, o *lung'îê*, o *angolar*, (*Lungua N'Golá* ou mesmo *Anguené*), e o crioulo *forro*, cuja denominação é *santomé*. A convivência destas línguas, resultantes de processos históricos, sociais e políticos distintos, cria um quadro de grande diversidade linguística. Essa diversidade levou Hagemeijer (1999, 2009) a descrever São Tomé e Príncipe como uma espécie de “Ilhas de Babel”, aludindo à complexidade e coexistência de múltiplos sistemas linguísticos num território geograficamente reduzido.

A seguir, apresenta-se uma tabela comparativa que ilustra a situação linguística do país entre 1981 e 2012, com base nos dados recolhidos pelos Recenseamentos Gerais da População e Habitação (RGPH). A tabela 1 reflete as tendências de uso, transmissão e vitalidade das línguas faladas em São Tomé e Príncipe ao longo desse período.

**Tabela 1:** Dados do RGPH de STP realizados de 1981 a 2012

Ano	População total	Português	%	Forro	%	Lung'îê	%	Angolar	%	Cabo-verdiano	%
1981	96 661	60519	63	54387	66	1533	2	-			
1991	117 504	94907	81	69899	59	1558	1	-			
2001	137 599	136085	99	99621	72	3302	2	-			
2012	173015	170223	98.4	62707	36.2	1753	1	11377	6.6	14654	8.5

Fonte: Gonçalves (2016, p. 27).

A Tabela 1 indica que, em 1981, 63% da população falavam o português, mas 66% falavam o *forro* enquanto, apenas, 2%, o *lung'lé*. Verifica-se que o uso do crioulo *forro*, em 1981, era ligeiramente superior a todos os outros idiomas existentes em STP. Em 2001, embora se confirme um declínio, tanto do *forro* como do *lung'lé*, o primeiro sofreu um ligeiro crescimento. Nos estudos realizados em 1981, 1991 e 2001, o *angolar* e o cabo-verdiano não foram considerados. Os dados revelam uma consolidação do português.

É a partir de 2012 que se regista um decréscimo muito acentuado do crioulo, marcado pela quase inexistência do *lung'lé* e do *angolar*. Neste ano, o *angolar* surge com 6,6% e o cabo-verdiano com 8,5%. Em termos de posicionamento linguístico, o cabo-verdiano é a terceira língua falada no país, superando quer o *angolar*, quer o *lung'lé*. Este fenómeno linguístico pode ser explicado pelo facto de os cabo-verdianos assumirem uma postura muito diferente da dos falantes são-tomenses, ou seja, eles falam sempre que podem em crioulo cabo-verdiano, enquanto os são-tomenses utilizam as suas línguas nativas apenas em situações particulares, como festas familiares e contextos mais informais.

Face ao crescimento do português e do crioulo cabo-verdiano, o perigo de desaparecimento nas LN é real. No entanto, há que destacar cinco aspetos que poderão contribuir para a mudança deste cenário:

- 1) O processo de revitalização do *lung'lé*: como já referido, este idioma consta no currículo dos ensinos básico e secundário da RAP, tendo havido esforços para a elaboração e produção de materiais didáticos em *lung'lé*;
- 2) A institucionalização das línguas nativas: com a criação do Decreto-Lei 19/2013 que estabelece o Alfabeto Unificado das Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe;
- 3) A existência de um programa televisivo “Leji Téla”, transmitido pela televisão são-tomense, que utiliza três línguas nativas, o *forro*, o *lung'lé* e o *angolar*, em debates de carácter social, político, cultural e outros temas pertinentes para a vida são-tomense;
- 4) A criação do dicionário do crioulo *forro* “Dicionário livre santome/português: Livlu-nglandji santome/putugêji”, de autoria de Gabriel Antunes de Araújo e

Tjerk Hagemeijer (2013), com cerca de 8500 entradas. Infelizmente, este dicionário tem pouca divulgação e, ainda menos, utilização.

- 5) A introdução da disciplina *Línguas são-tomenses I* no currículo do Ensino Superior.

Estas ações demonstram uma tomada de consciência em relação à necessidade de preservação das línguas nativas são-tomenses, face ao crescimento acentuado do português.

### **Qual é a L1 dos falantes são-tomenses?**

Perante o cenário linguístico existente em São Tomé e Príncipe, não se pode afirmar categoricamente que o português seja a L1 dos falantes são-tomenses, podendo existir três cenários distintos: Falantes que possuem o português e uma língua crioula como a sua L1; Os que possuem a variedade são-tomense como L1; E os que possuem um dos crioulos como a L1, incluindo os “tongas<sup>5</sup>” que têm o Kimbundu como L1, ou os filhos que possuem o denominado português dos “tongas” como L1, com sotaque, vocabulário e construções frásicas adaptados ao português (Fernandes, 2023, p. 33).

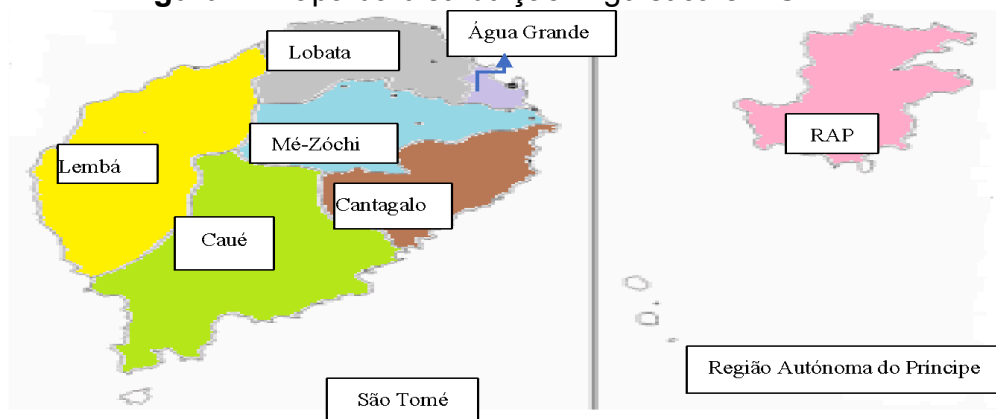
De acordo com o mapa linguístico, na Figura 1, um falante poderá ter como língua materna tanto um dos crioulos quanto o português.

---

<sup>5</sup> Falantes de línguas bantas, vindos de Angola, cuja língua materna é o umbundo. Residem nas senzalas das empresas agrícolas, por exemplo em Monte Café e Agostinho Neto (Gonçalves; Hagemeijer, 2015).



**Figura 1:** Mapa da distribuição linguística em STP



**Fonte:** Fernandes (2023, p. 24).

A distribuição linguística de STP identifica as regiões pertencentes a cada um dos crioulos. No distrito de Caué, cuja capital é Angolares, fala-se o crioulo *anguené* ou *lungua n'golá*. O mesmo ocorre em Lembá e algumas zonas de Água Grande, como Pantufo, Praia Melão e Praia Gamboa, mas com algumas variações, independentemente de o crioulo *forro* ser um dos idiomas do distrito. Na época de Chada<sup>6</sup> a mobilidade dos pescadores foi a principal responsável por esse processo. Também se fala o *angolar* em Ribeira Afonso, comunidade pertencente ao distrito de Cantagalo. Em Água Grande, Cantagalo, Lobata e Mé-Zóchi, fala-se o *forro* ou *santomé* e, na Região Autónoma do Príncipe, o *lung'lé*. Existem, ainda, em todos os distritos, os residentes nas ex-empresas agrícolas que têm o cabo-verdiano como L1.

Perante a situação linguística descrita, podem coexistir numa turma alunos com experiências linguísticas diversificadas: Alunos que têm o português – a variedade são-tomense, como L1 e que não dominam nenhum dos crioulos; os que têm um dos crioulos como L1, e que, por isso, demonstram dificuldades ao nível da compreensão e expressão oral em português; Alunos, filhos de empregados das ex-empresas agrícolas, que tanto podem ter o crioulo cabo-verdiano como L1 ou L2; Existem, ainda, os que têm o português dos “tongas” como L1 ou L2, uma vez que

<sup>6</sup> Época de salga de peixe, em que os pescadores deixam as suas residências e fixam-se com a família no litoral para procederem a esta atividade.



são provenientes de famílias falantes de Kimbundu (Fernandes, 2023, p. 24, 33).

Este cenário linguístico não se restringe aos alunos, pois o mesmo pode acontecer com os professores que asseguram as aulas. Enquanto agentes sociais, a sua comunicação também é fortemente influenciada pelas interferências linguísticas presentes no território. Diante dessa realidade, não existe uma política linguística que oriente os professores durante a prática letiva, o que constitui, evidentemente, um grande desafio. Atualmente, o português é a língua mais consolidada, passando a competir diretamente com os crioulos. Uma parte significativa da população são-tomense, sobretudo a camada juvenil, tem hoje o português como L1.

## **A escolarização das línguas nativas de São Tomé e Príncipe**

Alguns falantes nacionais têm defendido que deve haver uma política linguística direcionada para as línguas nativas são-tomenses, sobretudo ao nível da escolarização. Em 2009 foi introduzido *lung'le* no currículo do Ensino Básico e Ensino Secundário, na região autónoma do Príncipe (RAP), segundo Agostinho, Lima e Araújo (2016):

- (i) Desde 2009, o *lung'le* vem sendo ensinado nas escolas, devido, sobretudo, ao incentivo do Governo Regional do Príncipe à difusão da cultura principense.
- (ii) A tarefa de ensinar a língua foi entregue aos principenses que ainda têm conhecimento da língua, embora não sejam especificamente treinados para lecionar a língua, nem façam uso de algum material didático (Agostinho; Lima; Araújo, 2016, p. 596).

Especificamente no ano letivo 2023/2024, introduziu-se à unidade curricular Línguas são-tomenses I no currículo do ensino superior, no Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) uma das unidades orgânicas da Universidade de São Tomé e Príncipe (USTP), que forma educadores de infância e professores do ensino básico. O propósito é preservar estas línguas, promover uma aproximação dos falantes com as línguas nativas e facilitar a prática pedagógica. Apesar desta ação mostrar que os órgãos dirigentes estão preocupados com as LN, verifica-se que, por exemplo, ao *angolar* não foi dado o mesmo destaque do que ao *lung'le*, o

que pode contribuir para o seu precoce desaparecimento.

Neste sentido, a disciplina *Línguas são-tomenses I* visa fornecer aos alunos do ISEC os meios necessários para uma abordagem explícita dos vários aspetos que estruturam o conhecimento e o uso das línguas são-tomenses, a saber: O conhecimento do Alfabeto Unificado das Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP); O conhecimento das palavras (conhecimento lexical); O conhecimento das irregularidades que se encontram na estrutura interna das palavras (conhecimento morfológico); O conhecimento das regras de combinação de palavras (conhecimento sintático); O conhecimento que permite a atribuição de sentido (interpretação semântica) às palavras e às combinações de palavras (conhecimento semântico).

Com esta unidade curricular, prevê-se a criação de sebas de ensino nas três línguas nativas são-tomenses, de forma que os professores e alunos tenham acesso a material pedagógico.

Independentemente de a preservação das línguas nativas ser um dos propósitos da introdução da disciplina em causa, existem duas outras razões que concorrem para este facto: A capacitação dos estudantes do ISEC no conhecimento do património linguístico são-tomense, de forma que, no futuro, possam ser professores; O conhecimento destas línguas para que consigam determinar as fronteiras linguísticas entre a língua portuguesa e as línguas nativas são-tomenses, facilitando a aquisição do conhecimento na escola.

Os conteúdos tratados nesta disciplina serviram de base para a elaboração do questionário apresentado a seguir, na metodologia.

## Metodologia

O estudo das línguas nativas são-tomenses revela-se um instrumento estratégico para o desenvolvimento de competências comunicativas por parte dos estudantes, ao mesmo tempo que promove uma maior consciencialização das fronteiras linguísticas existentes em São Tomé e Príncipe (STP).

Neste enquadramento, a presente investigação tem como propósito refletir

criticamente sobre o ensino das línguas nativas no contexto do ensino superior no país. Considerando que se trata da primeira instituição de ensino superior em STP a integrar no seu currículo académico o ensino dessas línguas, a reflexão proposta poderá contribuir para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e para o fortalecimento do seu estatuto no sistema educativo nacional.

Para a concretização deste trabalho, procedeu-se a uma revisão da literatura pertinente, bem como ao respetivo enquadramento. Adicionalmente, foram analisados documentos oficiais, como o Decreto-Lei nº 19/2013 e o Programa da disciplina, conforme Anexo 2, para elucidar os objetivos subjacentes à criação da escrita unificada das línguas nacionais e as motivações que levaram os responsáveis do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) a introduzir a disciplina *Línguas São-tomenses I* no currículo do ensino superior (São Tomé e Príncipe, 2013) .

Os dados académicos que sustentam esta investigação foram gentilmente disponibilizados pelo ISEC após solicitação formal junto da instituição. Para responder de forma adequada ao objetivo delineado, adotou-se uma abordagem metodológica mista, integrando técnicas qualitativas e quantitativas, que permitiram a recolha, análise e interpretação dos dados com rigor e profundidade.

Neste sentido, para o trabalho de campo, foram cumpridas as seguintes etapas: Produção do questionário; Aplicação do questionário a uma amostra de 40 estudantes do Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC); Tratamento dos dados; Análise e interpretação dos dados obtidos.

O inquérito por questionário foi o instrumento metodológico selecionado, por se considerar adequado à recolha de perceções e opiniões dos estudantes relativamente à temática em análise. A sua aplicação, conforme Anexo 1, teve lugar durante uma sessão da disciplina de *Línguas são-tomenses I*, com duração de 90 minutos, na segunda semana de Janeiro de 2024.

Previamente à aplicação do instrumento, os estudantes foram devidamente informados pelos docentes sobre o objetivo e a natureza do estudo, tendo consentido participar através da assinatura do respetivo termo de consentimento. O momento introdutório, conduzido antes da distribuição do questionário, teve como

finalidade clarificar os propósitos da investigação e esclarecer eventuais dúvidas, assegurando, assim, a participação informada e consciente dos inquiridos.

Considerando o objetivo central da investigação — refletir criticamente sobre o ensino das línguas nativas no contexto do ensino superior em São Tomé e Príncipe — recorreu-se à aplicação de um inquérito por questionário, instrumento metodológico que se revela particularmente adequado para a recolha de dados específicos, aprofundados e alinhados com os propósitos do estudo.

O inquérito foi dividido em três partes: Caracterização sociodemográfica dos participantes; Relação e uso da língua crioula; Perceções sobre o ensino das línguas nativas.

A caracterização sociodemográfica dos participantes teve como finalidade identificar variáveis como o género, a faixa etária e o distrito de residência dos inquiridos, de modo a contextualizar social e geograficamente os dados recolhidos. Na relação e uso da língua crioula procurou-se compreender a natureza da relação dos inquiridos com as línguas nativas, bem como os contextos e frequências do seu uso no quotidiano. E nas perceções sobre o ensino das línguas nativas pretendeu-se recolher as opiniões dos participantes relativamente à importância, pertinência e possíveis implicações do ensino das línguas nativas no sistema de ensino superior.

## **Análise dos dados**

O presente estudo foi desenvolvido no Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC), no âmbito da disciplina *Línguas são-tomenses I*, ministrada no 1º semestre do ano letivo 2023/2024. E de acordo com os dados fornecidos pelo ISEC, nesse mesmo ano letivo, encontravam-se matriculados 862 alunos, distribuídos por sete cursos.

Os participantes selecionados para o inquérito pertencem aos cursos de licenciatura em Educação para a Infância e da licenciatura em Ensino Básico, ambos com alunos inscritos no 1º ano. Em ambas as formações, *Línguas são-tomenses I* é de frequência obrigatória.

No total, existem oito turmas afetas a estas licenciaturas, sendo três do curso

de Educação para a Infância e cinco do curso de Ensino Básico, perfazendo um total de 118 alunos estudantes. A disciplina é lecionada por quatro docentes, todos com formação académica na área de Linguística.

Selecionou-se quatro das oito turmas, delineadas a seguir, na Tabela 2.

**Tabela 2:** Número de amostras recolhidas

Cursos	Nº de turmas de LSI	Nº de inquéritos aplicados
Licenciatura em Ensino Básico, especialização em 1.º CEB e Ciências Naturais e Sociais	28	8
Licenciatura em Ensino Básico, especialização em 1.º CEB, Português e Francês	21	8
Licenciatura em Ensino Básico, especialização em 1.º CEB, Ciências Naturais e Sociais	27	8
Licenciatura em Ensino Básico, especialização em 1.º CEB, Matemática	26	8
Licenciatura em Educação de Infância	16	8
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>40</b>

**Fonte:** Instituto Superior de Educação e Comunicação<sup>7</sup>

Dos 118 alunos matriculados nas turmas, foram selecionados 40 para a aplicação do inquérito por questionário, correspondendo a 38,9% da população total, com a inclusão de oito alunos de cada turma.

A escolha da amostra, com o respectivo número de participantes justifica-se por serem os primeiros grupos de estudantes a frequentarem a disciplina *Línguas são-tomenses I*; Constituírem uma amostra representativa e diversificada, com estudantes provenientes de diferentes contextos linguísticos e experiências em relação às línguas nativas; Contarem com a presença do Professor Frederico Gustavo dos Anjos, docente da disciplina, que desempenhou um papel ativo na comissão responsável pela elaboração do Decreto-Lei nº 19/2013 sobre o Alfabeto Unificado das Línguas Nativas de São Tomé e Príncipe (ALUSTP) (São Tomé e Príncipe, 2013); Demonstrarem, ao longo das aulas, interesse e envolvimento com os temas abordados na disciplina.

## Parte I: Caracterização sociodemográfica (Q1 - Q3)

<sup>7</sup> Dados relativos aos anos letivos 2023/2024, fornecidos presencialmente pela secretaria do Instituto Superior de Educação e Comunicação.

No que se refere aos critérios de caracterização sociodemográfica, entre os 40 inquiridos, 80% são do género feminino e 20% ao masculino (Q1). Este dado corrobora uma tendência generalizada, na qual a mulher é frequentemente vista como o principal agente da educação, especialmente nos níveis de ensino mais baixos, como o pré-escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Embora a presença masculina na formação em Educação seja ainda limitada, observa-se um aumento gradual de inscrições a partir do 1º CEB.

Em termos de idade, 62,5% dos inquiridos estão na faixa etária entre 25 e 44 anos, enquanto 37,5% têm menos de 24. Não foram registadas respostas de participantes com mais de 45 anos (Q2).

Quanto à localização geográfica, a maioria dos inquiridos reside no distrito de Água Grande, com uma percentagem de 47,5%. Seguem-se os distritos de Mé-Zóchi, com 32,5% da amostra; Cantagalo, com 12,5% e Lobata, com 7,5%. Não foram registados inquiridos de Caué, Lembá e RAP (Q3).

O Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC) é a única instituição pública de ensino superior em São Tomé e Príncipe (STP) dedicada à formação de educadores de infância e professores do ensino básico. Localizado no distrito de Água Grande, é natural que este seja o distrito com maior número de estudantes.

Além disso, observa-se uma percentagem significativa de alunos oriundos do distrito de Mé-Zóchi, o que pode ser explicado pela proximidade geográfica entre este distrito e Água Grande, facilitando, assim, a mobilidade dos estudantes.

Em contraste, os distritos de Caué e a Região Autónoma do Príncipe enfrentam assimetrias regionais que constituem barreiras físicas para o acesso à instituição, dificultando a deslocação dos estudantes dessas regiões. No caso de Lembá, destaca-se a existência de um polo de formação criado pelo ISEC, o que possibilita maior acesso à formação oferecida pela instituição.

## **Parte II: Relação e uso da língua crioula (Q4 – Q6)**

A primeira pergunta (Q4) teve como objetivo determinar se os inquiridos falavam alguma das línguas crioulas presentes no território de STP. Uma expressiva

maioria (85%) confirmou ter contacto com, pelo menos, um dos crioulos, sendo o crioulo forro a língua comum a todos.

Apenas seis alunos (15%) afirmaram não ter conhecimentos das línguas crioulas faladas no país. Aos 85% de falantes de línguas nativas foi colocada a questão (Q4b) sobre onde sentiam mais dificuldade, na oralidade ou na escrita.

Todos os 31 alunos responderam que a principal dificuldade se encontrava na “escrita”. Esta dificuldade pode ser atribuída às particularidades da escrita das LN são-tomenses, que apresentam uma forte marcação de acentuação. Uma palavra pode conter dois a três acentos gráficos, dependendo da tonalidade, como no exemplo “betôdô” [ˈbɛ.to.do], que significa “sabichão” com os dois símbolos gráficos “^”.

A constatação de que 15% dos inquiridos não falam nenhuma língua nativa é motivo de preocupação. Na pergunta (Q4a), foi solicitada uma justificação para o não domínio de uma língua crioula.

A justificação mais frequentemente apresentada foi a pressão familiar, com muitos estudantes relatando que foram “proibidos” pelos familiares mais velhos de se expressarem em LN. Os familiares consideram que os mais jovens deveriam exclusivamente falar português, visto ser a língua de escolarização e a que lhes permitiria alcançar um nível de vida melhor.

Em relação à língua de comunicação diária escolhida pelos inquiridos, verificou-se que a opção recaiu predominantemente sobre o português. Todas as interações comunicativas ocorrem em português, sendo as LN reservadas para momentos de interação familiar (Q6).

Estes dados indicam que, com a escolarização do português e o prestígio atribuído a este idioma, os falantes são-tomenses recorrem principalmente ao português como língua de interação. Não se deve, contudo, atribuir a não preferência pelas LN unicamente à ausência de suportes escritos ou à não utilização destas línguas em contexto escolar. As razões para tal comportamento são mais complexas e profundas.

O uso do crioulo, por sua vez, surge associado a momentos de diversão e descontração, com 55% da amostra optando por esta opção. 10% dos inquiridos



utilizam o crioulo na presença de estrangeiros, enquanto 30% o empregam na comunicação diária e/ou em interações com outros falantes. 12,5% referem usar o crioulo para comunicar com os colegas, e 15% afirmam nunca utilizar uma LN (Q6).

A utilização das LN depende, portanto, do contexto em que os falantes se encontram. Observa-se que não há uma assunção das LN como um idioma de identidade e de cultura são-tomense, nem como a língua de união; este papel é atribuído ao português.

### Parte III. Ensino das línguas nativas

A Q7 e Q8 revelam que todos os alunos concordam com a inclusão das LN nos currículos do ensino superior. Após a lecionação da disciplina *Línguas são-tomenses I*, os alunos parecem ter desenvolvido uma maior consciencialização sobre, pelo menos, uma das suas LN, sendo que apenas o crioulo forro é abordado nos conteúdos programáticos da disciplina conforme Anexo 2.

Esta limitação deve-se à falta de docentes qualificados no domínio de outras línguas, como o *lung'îê* e o *angolar*. Torna-se, portanto, urgente a formação de quadros docentes capazes de expandir o ensino para outras LN, além do crioulo forro.

No que concerne à posição dos inquiridos (Q9) sobre os benefícios que o ensino das LN pode proporcionar, destacam-se as seguintes respostas: “Reforçar e preservar a cultura e conhecimentos”, com 77% dos inquiridos a escolher esta opção; “Saber falá-las e escrevê-las, mantendo uma relação mais próxima com as mesmas”, com 75%; Facilitar a aprendizagem, evitando o abandono escolar, com 75% de escolha; e Facilitar a comunicação entre os falantes, com apenas 35%;

Os estudantes demonstram uma clara consciência da importância das línguas são-tomenses na sociedade, especialmente no que diz respeito à sua identidade cultural, à preservação da cultura e das tradições, bem como à sua relação com o processo de ensino e aprendizagem. Este último aspeto é considerado uma estratégia para evitar a exclusão social, permitindo que os alunos aprendam numa língua que lhes é familiar.

As turmas, em STP, são compostas por estudantes provenientes de diversas localidades, o que resulta numa grande diversidade linguística. Este contexto apresenta desafios significativos para os professores na execução das atividades letivas.

Na Q10, foi solicitado aos estudantes que apresentassem sugestões para a revitalização das LN. As propostas mais frequentes incluíram: A implementação do ensino das LN em todos os níveis de ensino, ao lado da língua oficial, permitindo um contacto precoce tanto com as LN quanto com a variedade são-tomense do português; A realização de ações de divulgação sobre o uso de LN; A produção de materiais de apoio, como dicionários, gramáticas; O incentivo à produção de obras literárias nas LN por parte dos escritores; A promoção da cultura nacional no contexto familiar e social, através dos meios de comunicação social; A criação de condições para que os detentores do domínio das LN possam ensiná-la às novas gerações; O incentivo ao uso das LN na comunicação social; A criação de condições para estudos linguísticos mais aprofundados das LN.

## Considerações finais

O ensino LN representa um passo crucial para o reforço da identidade cultural e para a preservação das tradições locais de STP, possibilitando estabelecer uma interação mais significativa entre os falantes.

No âmbito do presente estudo, a análise do inquérito por questionário permitiu constatar que, embora existam iniciativas voltadas para a revitalização das LN, estas têm-se limitado a apenas duas das três línguas contempladas no Decreto-Lei nº 19/2023 (São Tomé e Príncipe, 2013). Em concreto, o crioulo *angolar* permanece ausente do currículo do ensino superior, não existindo, até ao momento, materiais didático-pedagógicos adequados ao seu ensino.

Verificou-se igualmente que a maioria dos estudantes que frequentam o ISEC é falante de crioulo *forro*, sendo que 85% dos inquiridos afirmam utilizá-lo, embora todos tenham reconhecido dificuldades no domínio da escrita.

Por outro lado, 15% dos estudantes indicaram não falar qualquer LN, justificando tal facto com a pressão familiar no sentido da adoção exclusiva do

português, entendido como vetor de mobilidade social.

Assim, apesar das vantagens apontadas pelos próprios estudantes relativamente ao ensino das línguas crioulas no ensino superior, importa considerar as ações exercidas por certos contextos familiares que funcionam como forças de bloqueio ao processo de aprendizagem dessas línguas. Tal posicionamento, embora compreensível do ponto de vista socioeconómico, contribui involuntariamente para o risco de desaparecimento de um património linguístico e cultural identitário do povo são-tomense.

O presente estudo permite ainda concluir que o ensino das LN apresenta benefícios significativos para os falantes, na medida em que contribui para a preservação da cultura e dos saberes ancestrais, ao mesmo tempo que promove uma relação mais estreita com essas línguas.

Tal proximidade linguística revela-se vantajosa para o processo de aprendizagem, podendo inclusive reduzir as taxas de abandono escolar. No entanto, para que esses benefícios se concretizem de forma eficaz, é imprescindível uma redefinição das políticas linguísticas nacionais, de modo a garantir que, desde o ensino pré-escolar, a criança tenha oportunidades de desenvolver competências linguísticas fundamentais, sustentando assim o seu percurso educativo e promovendo a inclusão social através do reconhecimento da diversidade linguística.

Compete à escola o papel fundamental de promover e reforçar o uso da língua materna em todos os seus níveis de competência. Contudo, ao assumir o português como língua principal de ensino, corre-se o risco de marginalizar as demais línguas faladas no país, levando ao seu abandono progressivo por parte dos falantes. Torna-se, assim, imperativo que a escola, enquanto espaço de formação e inclusão, valorize igualmente tanto as línguas maternas como as segundas línguas dos seus educandos, assegurando uma abordagem equitativa e sensível à diversidade linguística.

Nesse contexto, a Universidade de São Tomé e Príncipe, enquanto instituição de ensino superior, deve assumir um papel mais ativo na definição e implementação de políticas linguísticas nacionais.

A criação da Academia Linguística da Universidade de São Tomé e Príncipe

constitui uma oportunidade estratégica para promover o ensino e a valorização das três LN do país: o *angolar*, o *forro* e o *lung'îê*. A inclusão da disciplina *Línguas são-tomenses I* no currículo universitário é um avanço relevante, mas importa alargar o seu alcance, integrando também o *angolar* e o *lung'îê* nos conteúdos programáticos, e não apenas o crioulo *forro*.

Os desafios do ensino das LN no ensino superior são consideráveis, nomeadamente pela escassez de materiais didáticos adequados, como gramáticas e dicionários. Ainda assim, a introdução da referida disciplina representa um marco importante, constituindo um primeiro passo que poderá impulsionar iniciativas mais abrangentes e sustentadas com vista à preservação e revitalização das línguas nativas são-tomenses.

## Referências

AGOSTINHO, A.; LIMA, M.; ARAÚJO, G. O lung'îê na educação escolar de São Tomé e Príncipe. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 55, n. 3, p. 591-618, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/rPRCqWDjXHvz3MyZmRdCd3q/>. Acesso em: 6 jan. 2024.

ARAÚJO, G. A.; HAGEMEIJER, T. *Dicionário livre santome/português*. Livlu-nglandji santome/putugêji.cgconviv São Paulo: Hedra, 2013.

FERNANDES, E. *Dificuldades do ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa no 1º e 2º ciclos do Ensino Básico em São Tomé e Príncipe*. 2023. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade de Évora, Évora, 2023. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/35279>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GONÇALVES, R. M. G. *Construções ditransitivas no português de São Tomé*. 2016. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/26409?locale=en>. Acesso em: 16 jan. 2024.

GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 87-107, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31032/1/Goncalves%26Hagemeijer2015.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

HAGEMEIJER, T. *Ilhas de Babel: a crioulação no Golfo da Guiné*. Lisboa: Editora Camões I. P., 1999. Disponível

em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31027/1/Hagemeijer1999%28Rev.Camoes%29.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

HAGEMEIJER, T. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-27, 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/31026/1/Hagemeijer%202009a%20(RCBLPE).pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, D. *Crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Decreto n.º 19, de 14 de agosto de 2013. Aprova o alfabeto unificado para escrita das línguas nativas de São Tomé e Príncipe. *Diário da República*, São Tomé e Príncipe, n. 102, p. 660-671, 14 ago. 2013.

Recebido em: 03 mai. 2025.  
Aprovado em: 26 mai. 2025.

Revisor(a) de língua portuguesa: Patrícia Etsuko Issonaga  
Revisor(a) de língua inglesa: Juliano Brambilla Neri  
Revisor(a) de língua espanhola: Milena Patricia de Lima



## **Anexo 1 - Inquérito dirigido aos estudantes da Universidade de São Tomé e Príncipe**

### **Parte I: Caracterização do inquirido**

#### **I- Dados Pessoais**

1. Género: Masculino ☐ Feminino ☐
2. Faixa etária: até 24 anos ☐ de 25 a 44 anos ☐ 45 anos ou mais ☐
3. Distrito de residência: \_\_\_\_\_

### **Parte II: Relação e uso da língua crioula**

4. Fala um dos crioulos são-tomenses?
  - a) Sim \_\_\_\_ Qual? \_\_\_\_
  - b) Não \_\_\_\_
- a. Se selecionou a opção b), justifique. \_\_\_\_\_
- b. Que dificuldades apresenta em relação à língua escrita? Oralidade \_\_\_\_ Escrita \_\_\_\_
5. A sua comunicação diária é feita em que língua?
  - a) Em língua portuguesa. \_\_\_\_
  - b) Em língua crioula. \_\_\_\_
6. Em que contexto utiliza a língua crioula?
  - a) Em momentos de diversão. \_\_\_\_
  - b) Em conversas que exigem segredo, na presença de falante estrangeiro. \_\_\_\_
  - c) Por ser a língua com a qual mais se relaciona. \_\_\_\_
  - d) Outro. Qual ou quais? \_\_\_\_\_
  - e) Nenhum \_\_\_\_

### **Parte III. Ensino das línguas nativas**

7. Acha que a língua crioula deve ser ensinada? Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_
8. Acha relevante a introdução da disciplina relacionada com as línguas nativas no currículo do Ensino Superior? Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_
9. Para si, a o ensino das línguas nativas permite: (Pode escolher mais de uma alínea)
  - a) Reforçar e preservar a cultura, tradição e conhecimentos. \_\_\_\_
  - b) Saber falá-las e escrevê-las, mantendo uma relação mais próxima. \_\_\_\_
  - c) Facilitar a comunicação entre os falantes. \_\_\_\_
  - d) Facilitar a aprendizagem, evitando a exclusão e abandono escolar. \_\_\_\_
10. O que acha que deve ser feito para a revitalização das línguas nativas são-tomenses?

## Anexo 2 - Programa curricular da disciplina Línguas são-tomenses I

ANEXO B

FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

1. Caracterização da Unidade Curricular (UC).

Designação:	Línguas São-tomenses I									
Área científica ou componente de formação em que se insere:	PPS									
Duração (selecione a opção aplicável):	Anual <input type="checkbox"/>					Semestral <input checked="" type="checkbox"/>				
Regime (selecione a opção aplicável):	Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/>					Opcional <input type="checkbox"/>				
N.º total de horas <sup>9</sup>	N.º de créditos	N.º total de horas de contacto (discriminadas por tipo de metodologia adoptada <sup>10</sup> )								N.º de horas de contacto por semana lectiva
100	4	T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	1 - T
			64							3 - P

2. Docente responsável e respectiva carga lectiva semanal na UC:

Caustrino Alcântara – 4

3. Outros docentes e respectivas cargas lectivas semanais na UC (se aplicável):

João Pontífice - 4

Beatriz Afonso - 4

4. Objectivos de aprendizagem (máx. 1000 caracteres):

Fornecer aos alunos os meios necessários para uma abordagem explícita dos vários aspectos que estruturam o conhecimento e o uso das línguas São-tomenses: o conhecimento do Alfabeto Unificado para o Ensino das Línguas Santomenses; o conhecimento das palavras (conhecimento LEXICAL); o conhecimento das regularidades que se encontram na estrutura interna das palavras (conhecimento MORFOLÓGICO); o conhecimento das regras de combinação de palavras (conhecimento SINTÁCTICO); o conhecimento que permite a atribuição de sentido (interpretação semântica) às palavras e às combinações de palavras (conhecimento SEMÂNTICO), com vista a determinar as fronteiras linguísticas, entre a Língua Portuguesa e as Línguas Santomenses, e facilitar a aquisição de conhecimento no campo do ensino e aprendizagem, a nível nacional. Neste sentido, propõe-se:

- Concepção de sebatas de ensino das línguas São-tomenses (o Santome, o Ngola e o Lung'ie);
- Abertura dos módulos de ensino e aprendizagem das línguas nacionais de forma autossustentada;



- Capacitação de estudantes do ISEC para conhecerem o património linguístico são-tomense e poderem ministrar aulas nas diferentes localidades do país, de acordo com as zonas linguísticas.

**5. Conteúdos programáticos (máx. 1000 caracteres):**

1. O Alfabeto (ALUSTP);
2. Competências linguísticas (ouvir, falar, ler e escrever);
  - Dialogo (identificação, cumprimento);
  - Exposição de matérias;
  - Vocábulos;
  - Estrutura gramatical;
  - Funcionamento da língua santome;
  - Exercício de fala;
  - Leitura, análise e produção de pequenos textos orais;
  - Traduzir frases e textos de português para santome e vice-versa;
  - Escrever, completando frases ou pequenos textos;
  - Oficinas de língua.

**6. Metodologias de ensino e avaliação (máx. 2000 caracteres):**

Na unidade curricular de Línguas São-tomenses, será adotada uma metodologia que privilegie a realização de actividades práticas diversificadas (fichas de trabalho, exercícios de produção/recepção textual, elaboração de um dossiê), que apliquem e desenvolvam os conhecimentos relativos ao uso e ao funcionamento da língua, de modo a que os alunos aperfeiçoem as competências de oralidade e de escrita pela utilização de técnicas de auto e heterocorreção. Os alunos serão incentivados a apresentarem, eles próprios, os conhecimentos e dúvidas que detêm sobre determinados itens dos conteúdos programáticos ou das actividades propostas.

A avaliação do processo de aprendizagem compreende os regimes de avaliação i) contínua e ii) de exame. Cabe ao estudante fazer a opção por um dos regimes referidos, comunicando-a aos Serviços Académicos. Entende-se por regime de exame a realização de uma prova de avaliação efetuada no final da unidade curricular. Optando pelo regime de exame, o estudante apenas se apresentará a exame final realizado no final do semestre. Entende-se por regime de avaliação contínua o processo que permite valorizar sistematicamente as competências e conhecimentos do estudante em relação aos objetivos previamente estabelecidos. Ou seja, a avaliação não deve acontecer somente ao final de um período. É preciso que o processo de avaliação seja constante.

**7. Demonstração da coerência entre Objectivos de aprendizagem, Conteúdos e Metodologias de ensino e avaliação (máx. 3000 caracteres):**

A coerência entre Objectivos de Aprendizagem, Conteúdos e Metodologias de Ensino e Avaliação é assegurada pelo planeamento da articulação de conteúdos e atividades antes de cada semestre, além da criação de dossiers com recursos didáticos para cada disciplina e módulo. Assim, estrutura-se um modelo em que, antes do início do semestre, são explicados e incorporados os objetivos e conteúdos programáticos da UC para que seja possível analisar a coerência entre os objetivos da unidade e a sua operacionalização através dos conteúdos programáticos para o ensino.

A avaliação é suportada em conteúdos dados durante o semestre, sendo que:

- m) Testes (65%) - são realizados dois testes escritos, podendo optar-se por um teste escrito e um trabalho individual.
- n) Trabalhos individuais ou de grupo (30%) - elaboração, por escrito, e a sua apresentação oral.
- o) Participação, pontualidade, assiduidade - (5%).

Quanto à aprovação, os formandos devem obter a nota final igual ou superior a 10 valores, e que assistam pelo menos a 75 % das aulas.

**8. Bibliografia de consulta/existência obrigatória (até 5 referências):**

- ROCHA, Maria Regina (2017). Gramática de Português : Ensino Secundário – 10º, 11º e 12º anos, Porto Editora.
- AFONSO, Beatriz (Outubro de 2001), A problemática do ensino do português e as línguas nacionais, Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe (pp. 69-71).
- BRAGANÇA, Albertino, (Outubro de 2001) A Língua Portuguesa e o Fenómeno de Interferências em S. Tomé e Príncipe, Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais de S. Tomé e Príncipe (pp. 61-66).
- ESPÍRITO SANTO, Carlos (1985) Situação actual da Língua Portuguesa nas ilhas de S. Tomé e Príncipe. Em Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo, vol. I, Lisboa. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (pp 235-260).
- HAGEMEIJER, Tjrk, As línguas de S. Tomé e Príncipe (artigos).
- LORENZINO, Geraldo Augusto, Uma avaliação sociolinguística sobre São Tomé e Príncipe, (in Congresso Internacional sobre o Português. Actas, vol. I-III, Inês Duarte e Isabel Leiria (org.), Lisboa : Associação Portuguesa de Linguística e Edições Colibri, (vol. II, 1996).